



Prot.:111/2025

Roma, 15 de abril de 2025

Carta Multi-CC sobre o futuro do Quadro Financeiro Plurianual (QFP)

A recente comunicação da Comissão intitulada “*O caminho para o próximo quadro financeiro plurianual*”¹ descreve uma visão geral abrangente para o quadro financeiro plurianual (QFP) pós-2027 e para a próxima geração de programas de financiamento. Os onze Conselhos Consultivos (CCs) acreditam que é essencial e oportuno relembrar a importância de um instrumento financeiro dedicado à pesca, aquicultura e assuntos marítimos. O atual Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), e aqueles que os precederam (FEP 2007-2014, IFOP 2000-2006) desempenharam um papel decisivo na estruturação do setor.

É particularmente importante enfatizar o papel que esses fundos setoriais têm desempenhado, desde 2007, no apoio aos setores de pesca e aquicultura na UE. Embora aspectos desafiadores tenham surgido da implementação prática ao longo dos anos (por exemplo, complexidade burocrática, recursos limitados para inovação tecnológica, alocação e absorção, entre outros), o fortalecimento e a necessidade de financiamento adicional são inegáveis e vitais para o futuro da produção primária. Também é importante que toda a cadeia de valor apoie e acelere sua transição para a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que assegura a resiliência e garante a viabilidade contínua das cadeias de abastecimento de pesca e aquicultura e a saúde dos nossos mares.

¹https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_25_486



Os principais tópicos identificados pelas partes interessadas que a Comissão Europeia deve abordar no próximo período de financiamento incluem, mas não se limitam a:

- Assistência às comunidades costeiras e rurais
- Apoio à renovação geracional através de maiores incentivos
- Cursos de formação para jovens
- Garantir a segurança alimentar na UE através do fornecimento de alimentos aquáticos saudáveis e acessíveis
- Apoiar a saúde e a segurança a bordo de embarcações de pesca e aquicultura, em locais de aquicultura e em fábricas de processamento
- Apoiar o desenvolvimento e a adopção de artes de pesca e equipamento aquícolas selectivos e de baixo impacto
- Manter o compromisso da UE com mares e oceanos saudáveis, seguros e geridos de forma sustentável
- A modernização e descarbonização da produção pesqueira e aquícola, bem como das fábricas de processamento.

Além disso, os CCs desejam destacar a importância de manter e melhorar a participação das organizações de partes interessadas no processo de tomada de decisões da UE. Coletivamente, gostaríamos de lembrar à Comissão que, conforme previsto no Artigo 43 do Regulamento da Política Comum das Pescas (PCP), os CCs fornecem à Comissão e aos Estados-Membros recomendações/conselhos valiosos sobre pesca, aquicultura e gestão de mercados, considerando aspetos socioeconômicos e ambientais. Os CCs são encabeçados por partes interessadas, compreendendo representantes da cadeia de valor da pesca e da aquicultura (por exemplo, produtores primários, processadores, vendedores a retalho, sindicatos) e Outros Grupos de Interesse (por exemplo, ONGs ambientais e de desenvolvimento, grupos de consumidores, ONGs para bem-estar animal, pescadores recreativos, mulheres na pesca e na aquicultura).



Além disso, a UE deve reconhecer o papel dos CCs como órgãos que almejam um objetivo de interesse geral da UE. Durante os últimos 20 anos, os CCs têm sido essenciais no fornecimento de conhecimento técnico e experiência aos tomadores de decisão. Dada a sua ampla representação, os CCs estão entre os órgãos mais representativos para a consulta e coleta de informações, observações, conhecimento e experiência no terreno do setor e de outras partes interessadas afetadas.

Como os CCs reúnem todas as partes interessadas para abordar os desafios do setor e dos ecossistemas, estes são participantes cruciais na governança da PCP. Isso beneficiou a implementação da PCP ao fornecer envolvimento contínuo das partes interessadas, emprestando-lhe legitimidade e relevância e melhorando a conformidade. Além disso, os CCs desempenham um papel fundamental no contexto da regionalização, pois possuem o conhecimento e a experiência necessários para que os tomadores de decisão preparem novas e informadas medidas de gestão e conservação relativas a diferentes bacias marítimas da UE.

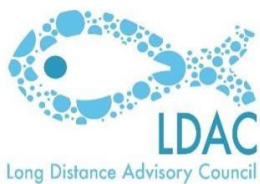
Acreditamos firmemente que a experiência e a competência transdisciplinar dos CCs continuarão a ser cruciais para as próximas prioridades políticas da Comissão Europeia, como o Pacto Europeu para os Oceanos e a Parceria para a Transição Energética, seguindo as linhas de governança participativa e princípios de Melhor Regulamentação. Espera-se que o Pacto Europeu para os Oceanos marque uma nova fase de cooperação das partes interessadas para uma visão comum sobre a política oceânica, incluindo o futuro dos setores de pesca e aquicultura. Por meio do Pacto, e no contexto dos resultados da avaliação em curso da PCP, o papel inclusivo, representativo e relevante dos CCs pode ser ainda mais reconhecido. Isto permitirá que os CCs sirvam como plataformas para uma variedade de atores sociais, científicos e políticos, fortalecendo e tornando suas contribuições consultivas mais robustas, melhorando a conformidade por meio de abordagens de baixo para cima.



Para garantir que os CCs possam continuar sua missão de fornecer uma função consultiva de alta qualidade aos decisores políticos, é fundamental que financiamento adequado seja alocado a esses órgãos interessados e à Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas (DG MARE), para fortalecer seu capital humano e financeiro. A realocação das despesas da UE por meio de um único fundo sob um programa nacional único por Estado-Membro seria prejudicial e contrária à necessária focalização do apoio.

O apoio financeiro adequado é essencial para a continuidade da gestão setorial e ambiental, sustentando as cadeias de valor da pesca e da aquicultura, desde o mar até ao consumidor, as Organizações de Produtores, bem como a conservação e exploração sustentável dos habitats e espécies marinhas. Isso assegurará um envolvimento forte e significativo das partes interessadas, ao mesmo tempo que melhora a eficácia e eficiência da formulação de políticas em geral.

 CAA – Brian Thomsen	 BLSAC – Yordan Gospodinov	 BSAC - Jarosław Zieliński
 CCRUP – Ruben Farias	 LDAC - Iván López van der Veen	 MAC - Yobana Bermúdez



MEDAC- Antonio Marzoa
Notlevsen

NSAC - Kenn Skau Fischer

NWWAC – Alexandra Philippe

PelAC - Esben Sverdrup-Jensen

CC SUL - Sergio Lopez